

Resposta sobre o “Manifesto acerca do transporte de madeira da Portucel Florestal”

Espero que se encontre bem e mais uma vez obrigada pela sua resposta. No entanto, esta contém várias informações falsas ou não devidamente contextualizadas.

Sobre as plantações, quem estudou biologia sabe que as plantações são consideradas desertos verdes. Os eucaliptos, para crescer, precisam de muita água, estamos a falar do consumo em si e não da sua evapotranspiração. É claro que a província da Zambézia tem muita precipitação, e também rios sazonais e lençóis de água, uma das razões pelas quais foi escolhida pela Portucel para as suas plantações. Mas como também deve saber, África é um dos continentes mais afectados pela falta de água, e com a crise climática isto só vai piorar. Moçambique é um dos países que será mais afectado por secas. Fazer plantações de eucaliptos neste contexto é criminoso. Envio um link com dois estudos a este respeito, e a nossa vizinha África do Sul é um exemplo dos impactos dos eucaliptos nos riachos, rios sazonais e águas subterrâneas.

Naturalmente que os ecologistas na Austrália protegem os seus eucaliptos a todo o custo, são as suas florestas nativas! Tal como nós em Moçambique protegemos as nossas florestas nativas de pau preto, umbila, pau rosa, pau ferro, chanfuta, jambirre, sândalo, etc... muitas destas infelizmente em perigo de extinção. A nossa prioridade deveria ser reflorestar o país com as nossas espécies nativas, e não com monoculturas de árvores exóticas.

Na Província da Zambézia existem de facto demasiadas áreas desmatadas pela exploração ilegal de floresta, onde foram priorizadas as espécies com elevado valor comercial. Estas áreas desmatadas pela exploração florestal, passaram posteriormente a ser utilizadas para a produção de carvão e daí para áreas de produção agrícola. A destruição da floresta, e todo o processo de transformação de áreas de floresta ou vegetação nativa afecta de forma directa e acentuada as comunidades locais, restringindo as suas opções de sobrevivência. É nestas áreas de vegetação nativa, de floresta e até mesmo nas áreas de floresta degradada e desmatada que as comunidades recorrem para colecta de lenha, de materiais de construção, plantas medicinais, frutos silvestres e outros recursos florestais não madeireiros. No entanto, estas áreas desmatadas e degradadas ainda assim forneciam uma série de bens e serviços a estas comunidades e a entrada da Portucel na área reduziu sobremaneira a área para produção agrícola destas comunidades. Reduziu igualmente as áreas para colecta de lenha e outros produtos florestais não madeireiros, para além de outros impactos. Ademais, se as plantações da Portucel se encontrassem em áreas que nunca foram de agricultura como erroneamente se refere, a Portucel não teria necessidade de celebrar acordos com as comunidades para cedência de terra em troca do suposto emprego ou vida melhor.

Importa igualmente salientar que a Lei de Terras em Moçambique reconhece e protege os direitos das comunidades locais sobre a terra, este direito é indiscutível, razão pela qual não necessitam de um título de direito de uso e aproveitamento de terra. No entanto, este direito não foi assegurado pelo Estado, e a forma como a Portucel e o Governo ludibriaram estas comunidades com promessas falsas para ficar com as suas terras é a razão dos conflitos e da insatisfação destas até hoje, por tudo isto as comunidades locais tem razões mais do que suficiente para acusar a empresa de usurpar as suas terras com apadrinhamento do Governo que sempre se posiciona a favor da empresa para atrair a todo custo o famoso Investimento Directo Estrangeiro. Nas comunidades locais, os impactos negativos são visíveis até a olho nu, a terra nua e estéril, as machambas a reduzir, a floresta e os seus recursos ficarão apenas na memória, a vida melhor prometida nunca chegou e os pouquíssimos empregos locais não compensam de forma alguma a dimensão dos impactos. (veja por favor o artigo “Que prioridade tem o

Povo no acesso à Terra?" <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/DR-103-Povo-prioritario-na-atribuicao-de-Terra.pdf>)

Em relação às áreas contínuas, as constatações verificadas no campo sugerem que a Portucel dificilmente possui áreas com mais de 100 ha devido à resistência das comunidades no terreno em ceder mais do que já cederam por já conhecer o *modus operandi* das empresas desta natureza, e ainda a necessidade de manter algumas pequenas áreas de floresta nativa, portanto de forma alguma devido à alegada consciência ou responsabilidade ambiental ou social da Portucel. Ainda assim, embora as áreas plantadas não tenham a dimensão que a Portucel pretendia, os impactos destas já são visíveis no terreno.

Sobre Mphanda Nkuwa, referiu-se que a barragem é fundamental para fornecer energia a baixo custo à população, mas ao mesmo tempo contradiz-se, ao afirmar que Tete, Zambézia e Nampula vão ficar esquecidas. Afinal para quem pensa que será a energia de Mphanda Nkuwa? Os estudos feitos e os EIAs projectam que 80% da energia será para exportação, portanto continuaremos a oferecê-la à Eskom ao preço de amendoins, e a maioria dos moçambicanos continuará às escuras, além de alguns milhares mais perderem a terra.

Os impactos, sociais, a destruição dos ecossistemas riverinos, os riscos sísmicos, climáticos e mesmo económicos, entre outros, comprovam que esta barragem não trará benefícios para Moçambique ou para o seu povo, só para uma pequena elite e as companhias que vão construir a barragem. A energia é uma necessidade sim, mas existem muitos sistemas energéticos, descentralizados, limpos, renováveis, e muito mais justos, como a energia solar e eólica, que podem fornecer energia às comunidades rurais a custos mais baixos.

O governo português não ofereceu a HCB a Moçambique, e por muito que tenha perdido com a guerra, fez lucros mais que suficientes com a produção pós-guerra, porque só em 2007 é que HCB passou para Moçambique. O acordo da entrega da HCB entre Portugal e Moçambique permanece no segredo dos deuses, portanto de nada serve mandarmos palpites para o ar.

Quanto ao ciclone Idai e muitos outros impactos que possam vir devido à destruição das nossas florestas nativas, assim como as ilegalidades, e a corrupção entre o governo e os chineses, concordamos. Mais uma vez, se estivesse informado sobre o nosso trabalho, saberia que fizemos vários estudos e campanhas contra todas as ilegalidades e os crimes ambientais nas nossas florestas nativas. O nosso Estado está capturado por estes interesses criminosos e pelas companhias transnacionais. Precisamos de continuar na luta, continuar a apresentar os factos e evidências, mobilizar-nos como sociedade civil e exigir que os nossos governos representem os interesses do seu povo.

Não compreendemos o seu comentário sobre as mudanças climáticas servirem para justificar tudo ou serem uma verdade inconveniente. Bem, tem todo o direito de não acreditar na crise climática, também há quem nos dias de hoje acredite que a terra é plana. Aconselho-o a ler os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), um órgão das Nações Unidas criado em 1988 para avaliar a ciência em torno das mudanças climáticas e fornecer informações científicas aos governos (<https://www.ipcc.ch/reports/>), em particular o estudo lançado há poucos dias.

Não é a agricultura camponesa, nem o "Slash and Burn", que estão a destruir o ambiente em Moçambique, mas claro que é muito mais fácil criminalizar os pobres do que ver o problema real. Os pesticidas e fertilizantes químicos, os fumos livres da Mozal, a exploração de combustíveis fósseis (incluindo a contaminação dos nossos solos e água), e acima de tudo o consumo excessivo das

sociedades do norte Global e as elites do Sul global é que estão a destruir o planeta, sendo estes impactos mais sentidos em países como Moçambique.

A nossa agricultura camponesa enquadrada nos princípios e práticas de agroecologia é a melhor solução para a soberania alimentar, e para o futuro do planeta, além de contribuir para minimizar os impactos das mudanças climáticas. Ops, esqueci-me que não acredita nisso.

Ficamos por aqui, obrigada pelos votos de felicidade, e caso queira prosseguir com esta conversa convidamo-lo a participar na nossa conferência sobre plantações no dia 21 de Setembro, “Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores”. Enviaremos o convite.

Somos sim activistas, ecologistas e defensores dos direitos humanos, mas tudo que produzimos, dos mais simples comunicados aos estudos mais sérios, é baseado em factos e na ciência. Somos uma equipa pequena, mas com profissionais técnicos na maioria das áreas que trabalhamos, biólogos, ecologistas, engenheiros, juristas entre outros.

Com os melhores cumprimentos,

Como pedido envio dois estudos:

<https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2016/10/Impactos-en-el-agua-de-las-plantaciones-industriales-de-%C3%A1rboles-PORTUGUES.pdf>

<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/earthbryan%40gmail.com/QgrcJHrtvXMFwNnkVKKQKfDRVgcgcGvBfql?projector=1&messagePartId=0.1.1>

E um pequeno video

<https://www.youtube.com/watch?v=FRnVkrDepsW&t=686s>